

---

# CIDADES, Comunidades e Territórios

---



## Construção, densificação, declínio e demolição de uma área urbana em crise: Uma história de desassossego em torno do abandono e das políticas

Sónia Alves<sup>1</sup>, DINÂMIA'CET-IUL, Portugal

### Abstract

This article is intended to contribute to the reflection on the dynamics affecting urban areas in crisis and the effects of policies that try to regenerate these areas. This paper is divided into two parts. The first part is a theoretical introduction about the diversity of urban areas 'at risk' and the factors that explain the decline of these areas. In this analysis we distinguish those which bind predominantly to the internal characteristics of the territories (physical, economic, social and organizational features) from the external ones, associated for example with the negative social representations. Above all, we try to highlight the additional negative effects that arise from the correlation of these two types of disadvantages, emphasizing its ability to create cycles of cumulative disadvantage in some areas. The second part is eminently empirical, focusing on the neighbourhood of "S. João de Deus". It begins by describing construction and densification processes of the district, which would contribute to a path of social and urban decay that deepens during the 1980's. Then we describe the contradictory and fragmented nature of regeneration strategies that have been directed to the neighbourhood in the following decades: the programme of construction and redevelopment in the 1990's, as a part of the National Programme to Combat Poverty, and, one decade after, under the European Programme Urban II, the strategy that led to the almost total demolition of the neighbourhood. It ends up reflecting on the social and territorial impacts of demolitions.

**Keywords:** Urban Regeneration; Demolition; Social Housing.

### 1.1. A diversidade tipológica das áreas urbanas 'em risco'

Embora os problemas da pobreza e da exclusão social não estejam confinados às áreas urbanas 'em risco', o modo como estes problemas aí se concentram e se conjugam, criando dinâmicas que reforçam os contrastes e as distâncias simbólicas e de qualidade de vida na cidade, têm vindo a justificar um crescente interesse por parte da investigação académica e por parte dos responsáveis políticos face a estas áreas de maior vulnerabilidade (Parkinson, 1998; Guerra et al., 2005). Uma vulnerabilidade que, segundo Gómez (2006: 156), se refere ao risco de uma mobilidade social descendente em territórios onde a vinculação entre estrutura social e espacial limita as capacidades de acção individual e colectiva.

Conceptualmente, os territórios urbanos 'em risco' têm vindo a ser designados de formas variadas, mas com sentidos similares. Por exemplo, Henriques (2006), no âmbito da sua tese de doutoramento sobre a acção anti-

---

<sup>1</sup> sonitalves@gmail.com.

pobreza em contexto urbano, define estas áreas urbanas como unidades territoriais em *stress* caracterizadas pela manifestação simultânea de pobreza, declínio económico e degradação física (Henriques, 2006: 95).

Uma definição que não é, no entanto, consensual. Efectivamente, embora a falta de qualidade habitacional seja considerada um importante elemento de sinalização dos padrões de vida marcados por uma maior precariedade e, inclusivamente, um elemento com capacidade para estruturação de novas desigualdades socioeconómicas (Guerra, 1997), a desqualificação ou deterioração física pode não estar, no entanto, presente em todas as áreas urbanas em crise. Estudos de Power et al. (1999) em áreas urbanas em crise nos centros de Manchester e de Newcastle mostraram como processos de declínio urbano (de perda demográfica, diminuição da procura habitacional, aumento de fogos devolutos e da taxa de desemprego) podem coexistir com estruturas habitacionais de qualidade.

Em função das condições que estiveram na sua origem e expansão, as áreas vulneráveis ou em crise podem exibir localizações muito diferenciadas na estrutura urbana e condições também muito diferenciadas do ponto de vista da sua continuidade ou descontinuidade face à envolvente.

Do ponto de vista da sua localização e inserção face à envolvente urbana, Ordóñez e Alvarado (1991) identificam três espaços de suporte à pobreza: os territórios marginais de génese ilegal ou de auto-construção; os bairros planeados de habitação social localizados em *habitat* pobre periurbano; e os bairros centrais históricos deteriorados. Os bairros de génese ilegal ou de autoconstrução foram produzidos à margem da lei em áreas com fracas condições de segurança e de salubridade (áreas declivosas ou barrancos, por exemplo), podendo ser pouco ou nada adequados para o *habitat* humano. Os bairros planeados de habitação social desenvolveram-se dentro dos trâmites do urbanismo convencional, tendo sido construídos em áreas de *habitat* pobre e periurbano. E os bairros históricos centrais ‘em crise’ atravessaram processos de degeneração física, funcional e simbólica, sendo maioritariamente habitados por uma população de escassos recursos económicos, que ocupa fogos com rendas reduzidas (Ordóñez et al., 1991).

No contexto português, Capucha (2000) identifica uma tipologia semelhante de “bairros de concentração de famílias pobres”: os bairros de habitação clandestina e de casas abarracadas, os bairros de habitação social e os bairros populares antigos das cidades; explicando que as diferenças entre os dois primeiros são eminentemente relativas aos materiais usados na construção das habitações, às relações com o Estado e ao tipo de relações por eles estruturadas (Capucha, 2005: 175).

No âmbito do debate acerca das áreas urbanas ‘em risco’, tem sido igualmente equacionada a questão da continuidade ou descontinuidade destas áreas face à envolvente, reconhecendo-se que as estruturas sócio-espaciais exercem diferentes tipos de influência sobre o tipo de relações e de interações, intra e inter-grupos, que se estabelecem no bairro e entre este e a envolvente. Tem vindo ainda a questionar-se o papel da localização do bairro para a estrutura de oportunidades de integração socioeconómica dos indivíduos, nomeadamente dos que apresentam maiores riscos de pobreza e de exclusão social.

Em relação à questão da continuidade ou descontinuidade (Capucha, 2000) dos bairros urbanos em crise em relação à sua envolvente, tem vindo a assinalar-se que, nos bairros inseridos em áreas onde o subdesenvolvimento constitui a norma, isto é, onde existem problemas extensos de precariedade, do ponto de vista das condições habitacionais, urbanísticas e sociais, não existem diferenças substanciais nos modos de vida e de recursos destas áreas relativamente à envolvente. Contrariamente, em contextos onde existem fortes contrastes sociais, muitas vezes em situações de relativa contiguidade ou proximidade física, tendem a existir situações da separação determinadas não pela distância espacial, mas por muros físicos e simbólicos, que regulam a interacção de indivíduos, nomeadamente dos indivíduos pertencentes aos extremos da estrutura social (Musterd e Andersson, 2005).

Quanto ao efeito da ‘localização do bairro’ para influenciar as oportunidades de integração socioeconómica da população com maiores níveis de vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social, tem vindo a sublinhar-se a importância da geografia dos lugares: do ponto de vista locativo na cidade (nomeadamente de distâncias aos centros de emprego e aos serviços), particularmente quando a qualidade das conexões introduz limites à

mobilidade dos segmentos mais vulneráveis (sendo insuficiente a rede de transportes públicos) e, em particular, quando é também insuficiente a oferta do bairro (em termos de comércio, serviços, etc.). É nestes casos que se tem vindo a afirmar que a localização periférica contribui para o isolamento e contribui negativamente para as oportunidades de integração socioeconómica dos agregados em risco de exclusão social (Hall, 1997; Musterd et al., 2002).

Outros projectos de investigação têm vindo a salientar como a homogeneidade social dos bairros sociais periféricos pode estimular a interacção e o apoio mútuo entre os residentes, podendo promover o desenvolvimento de importantes redes de solidariedade e de apoio aos grupos com maiores vulnerabilidades à pobreza e exclusão social (por exemplo os novos imigrantes que procuram adaptar-se ao local, mas ao mesmo tempo preservar as suas culturas e identidades) (Murie et al., 2004). Todavia, outros estudos, nomeadamente os de Andersen (2003), vêm notando como no contexto europeu os bairros em desvantagem são normalmente habitados por grupos sociais e étnicos que, por vezes, têm hábitos culturais e comportamentais sem afinidades, o que tende muitas vezes a gerar conflitos.

As investigações de Andersen sobre a interacção social nas áreas urbanas em crise, comparativamente a outras áreas, têm vindo a sublinhar a existência de um maior conflito social e um menor sentido de comunidade em áreas em desvantagem. Estes estudos mostram que, embora o sentido de comunidade e de afiliação ao bairro possa aumentar ao longo do tempo de permanência, estes também podem alterar-se ao longo do tempo em função de outras variáveis. Andersen refere a este propósito a influência exercida pelas condições físicas do bairro ou os processos de recomposição social dos bairros, notando que estes podem contribuir de forma decisiva para alterar a densidade e o tipo de redes sociais e institucionais preexistentes.

## 1.2. Os principais factores e dinâmicas do declínio das áreas urbanas ‘em risco’

Andersen (2002a: 769) refere que "nem sempre é óbvio porque alguns bairros iniciam processos de declínio e outros não (...)." Este autor nota que, embora se verifique uma maior incidência dos processos de declínio em áreas onde são dominantes algumas tipologias ou regimes de habitação, a simples presença destas tipologias não determina a emergência do declínio urbano, observando-se de resto que bairros com estruturas habitacionais de inserção urbana muito similares podem, num certo momento, experimentar dinâmicas muito distintas, e que resultam de componentes específicas (por exemplo históricas, ou relativas às características individuais, de grupo, ou comunitárias dos residentes) que determinam a existência de diferentes tipos de atitudes e comportamentos dos residentes face ao bairro e à comunidade. É neste sentido que se procura agora reflectir sobre quais são os factores e os processos essenciais das engrenagens de declínio destas áreas.

Na sequência de estudos de caso desenvolvidos em áreas urbanas críticas na Inglaterra, Lupton (2003b) identifica um leque vasto de factores estruturais e contextuais para explicar a emergência e a persistência de processos de declínio e de degeneração em algumas áreas urbanas. Esta autora começa por afirmar que o que está na origem da desvantagem destas áreas e o que as tem mantido persistentemente empobrecidas, são algumas das suas ‘características intrínsecas’ e de difícil transformação, como as de localização, topografia, ou estrutura habitacional e económica. Refere ainda uma série de ‘factores extrínsecos ou exteriores ao bairro’, mas que têm aí importantes repercussões, por força das características sociais, físicas e simbólicas destas áreas, como sendo os da reestruturação económica do emprego que, muitas vezes, afecta a sua natureza e localização (por via, por exemplo, do encerramento de fábricas e da reduzida oferta local de emprego)<sup>2</sup>.

Andersen (2002a) também defende que as dinâmicas económicas e sociais externas aos bairros não são suficientes para explicar o desigual declínio urbano, notando que a existência de períodos de prosperidade

---

<sup>2</sup> Por exemplo, o facto de algumas áreas terem nascido como local de concentração de força de trabalho na proximidade de bacias industriais, permite explicar os baixos níveis de instrução e as elevadas taxas de desemprego de algumas áreas na sequência do declínio das actividades fabris tradicionais, devido a processos de concorrência internacional, de deslocalização espacial ou de modernização industrial (informatização e automatização).

económica em países como a Finlândia e a Dinamarca (onde durante os anos 1990 diminuíram as desigualdades sociais e económicas na sociedade, nomeadamente através de um aumento do emprego) não foram suficientes para determinar uma reversão dos processos de desvantagem das áreas urbanas em crise, mantendo-se, de resto, durante esse mesmo período, o aumento da segregação urbana, a existência de trajectórias espaciais persistentemente negativas, bem visíveis, de resto, ao nível da manutenção de elevados valores de desemprego nas áreas urbanas em crise.

No debate sobre os bairros urbanos em crise, tem vindo a reconhecer-se a existência de múltiplos componentes que interactivam de uma forma combinada, numa verdadeira dialéctica sócio-espacial. Por um lado, as relações sociais estão vinculadas a um lugar, havendo um *habitat* que não é apenas um cenário, mas um elemento activo na estruturação dessas relações. Por outro lado, assiste-se às capacidades das relações sociais, mediadas pelas formas de habitar, para actuarem sobre as condições organizacionais, económicas e físicas dos territórios (Van Kempen, 2001; Andersen, 2002b).

As interacções e correlações que se estabelecem entre alguns dos principais componentes da desvantagem têm vindo a ser identificados como os principais responsáveis pela criação de círculos viciosos de desvantagem nestas áreas. Os estudos de Pinto (2000, 2005) têm vindo a mostrar como a emergência de sinais de degradação física num bairro (ao nível da falta de limpeza e de manutenção dos espaços públicos) favorece processos de formação de imagens públicas negativas sobre essas áreas. Andersen (2002b) destaca de entre os elementos que mais contribuem para a criação de percepções negativas sobre as áreas residenciais é a presença do tráfico e consumo de drogas, a par com a ocorrência de situações de violência e de criminalidade. Power et al. (1999) notam como eles se tendem a repercutir numa diminuição na procura de habitação, levando muitas vezes ao abandono de fogos.

Noutros estudos (Case, 2001) são sublinhadas as interacções que existem entre as características inerentes a uma área (localização, tipo de propriedade, ambiente urbano) e as características adquiridas ao longo do tempo, em termos de estrutura populacional, reputação, níveis de inter-ajuda. A influência é recíproca: as características da área também derivam da população que a habita e, por outro lado, influenciam-na, em termos das condições de vida que lhes proporcionam, na definição de identidade social, etc. (Pinto, 2000).

A influência é tal que diversos estudos sublinham que, quando as condições e a imagem do bairro se deterioram, essa imagem externa tende a ser interiorizada pelos residentes e a repercutir-se na sua própria identidade, através de processo de auto estigmatização.

O modo como os fatores intrínsecos e extrínsecos da desvantagem se interrelacionam, tem vindo a justificar o lançamento de iniciativas políticas que procuram trazer para as áreas urbanas em crise melhorias sustentáveis nas condições de vida dos seus habitantes (Roberts, 2000, Couch e Fraser, 2003).

Estas 'políticas', desenvolvidas através de um conjunto de programas e de projetos, têm vindo a ser operacionalizadas através de domínios de intervenção setoriais (habitação, educação, emprego,...) e de instrumentos de financiamento mais integrados, que procuram facilitar a articulação e a coordenação de diferentes tipos de atores e de instrumentos de intervenção (Stoker e Young, 1993; Rhodes et al., 2003; Alves, 2011).

Embora o seu lançamento vise, em teoria, a melhoria das condições de vida de grupos e de territórios em desvantagem, em alguns contextos de intervenção elas têm vindo a suscitar conflitos e controvérsias, associados, por exemplo, ao tipo de estratégias implementadas ou à falta de pertinência e de sustentabilidade dos seus resultados ao longo do tempo.

O presente artigo, através da apresentação dos resultados alcançados por uma investigação empírica desenvolvida em áreas urbanas em crise na cidade do Porto (Alves, 2012), procura dar um contributo para este debate.

A metodologia utilizada envolveu, para além da análise de documentos oficiais e técnicos relativos à área, aos programas e aos projetos de intervenção; a aplicação de entrevistas semi-directivas individuais à população

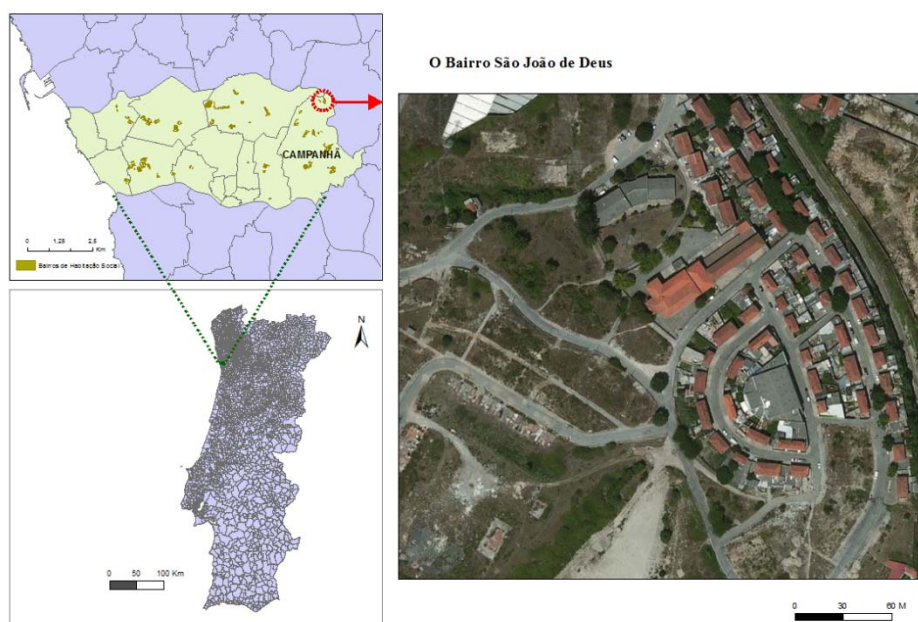
residente e à rede de atores envolvidos no desenho, implementação e avaliação das iniciativas (políticos, técnicos autárquicos, atores associativos).

## 2.1. Bairro de São João de Deus (SJD): génese de uma área urbana crítica

O Bairro São João de Deus (SJD) localizado no extremo norte da freguesia de Campanhã, na parte oriental do concelho do Porto, junto à estrada da Circunvalação e ao concelho de Gondomar (ver Mapa 1), foi construído para o realojamento de população mal alojada na cidade do Porto. A sua construção realizou-se ao longo de várias décadas, tendo-se iniciado em 1944, com a edificação de casas térreas unifamiliares, e prosseguindo nas décadas seguintes com a construção de blocos de habitação multifamiliar (ver Quadro 1). Durante os anos 50 e 60, o bairro sofreu a influência do Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto que, entre 1956 e 1966, viria a determinar a construção de 6000 novos fogos de habitação social na cidade e a transferência de cerca de 20% da população que morava no centro da cidade (em ‘ilhas’<sup>3</sup> e outras habitações precárias) para os novos bairros de habitação social, de localização periférica, onde era ainda muito incipiente o processo de urbanização (CMP, 2001a).

Nos anos 80 o bairro era constituído por cerca de 1600 habitantes, distribuídos por 144 casas unifamiliares, 16 blocos multifamiliares e 12 casas da Paróquia. No total, existiam no bairro 448 fogos que alojavam uma população de cerca de 400 agregados familiares.

**Mapa 1. Localização do Bairro São João de Deus no concelho do Porto**




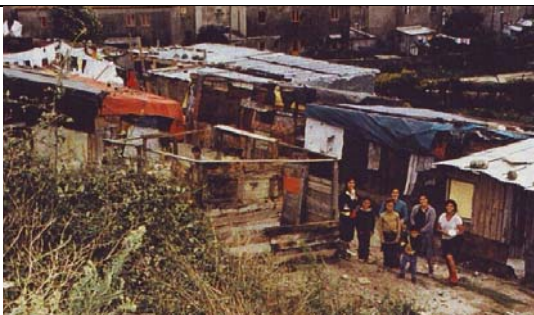
Fonte: Elaboração própria.

<sup>3</sup> As ‘ilhas’ são uma forma de alojamento criada para dar resposta às necessidades de habitação de uma população operária oriunda das áreas rurais. Localizam-se na proximidade de fábricas, ocupando muitas vezes as traseiras de antigas casas burguesas. Um levantamento realizado em 1939 indicava que na cidade do Porto existiam cerca de 13 mil ilhas, onde vivia aproximadamente 19% da população total da cidade (CMP, 2001b).

**Quadro 1. As principais fases de evolução urbanística no Bairro de São João de Deus,  
dos anos 40 até aos anos 80.**

Fases de construção	Ano	Modelos de habitação	Fotografias
1ª Fase – Habitação Social Unifamiliar	1944	São construídas 144 casas térreas unifamiliares, de dois pisos e com pequenas áreas privadas.	
2ª Fase – Habitação Social Multifamiliar	1956	São construídos oito blocos de habitação social para alojar população que vivia em “ilhas” e população cigana que vivia numa área de descampado, necessário para a construção da Av. Fernão Magalhães.	
3ª Fase – “Património dos Pobres”	1960	São construídas 12 casas unifamiliares pertencentes à Paróquia da Nª Sr.ª da Areosa. Este conjunto habitacional viria a ser designado por <i>Património dos Pobres</i> .	



4ª Fase – Habitação Social Multifamiliar	1969 e 1979	São construídos oito blocos de habitação social plurifamiliar, com cêrcea dominante de 3 pisos.	
5ª Fase – Construção de Génese Ilegal	Anos 80	É construído um núcleo de barracas em redor dos blocos de habitação do bairro.	

Fonte: Sónia Alves, 2011<sup>4</sup>.

O aumento das situações de sobre-ocupação dos fogos e a chegada ao bairro de uma população com carências habitacionais (como os ‘retornados’ das ex-colónias e migrantes provenientes de áreas rurais) viria a suscitar a construção de um núcleo de barracas (compostas por tijolos, madeira e outros materiais rapidamente degradáveis) à volta do bairro. Este núcleo, resultante do desdobramento de famílias residentes e da fixação de população sem raízes no bairro, viria a concentrar cerca de 280 famílias.

A par dos problemas da precariedade habitacional, os moradores do bairro confrontam-se com a falta de equipamentos de apoio à população, e com uma “má fama” ou estigma social que se explicam pelo modo como tinha sido feita a atribuição de habitações no bairro. Em causa está a difusão da ideia de que a construção de alguns blocos de habitação social teria sido feita para o realojamento de população que infringia as regras noutras partes da cidade, o que viria a justificar que o bairro passasse a ser conhecido por algumas designações pejorativas como as do ‘Tarrafal’, ‘Bairro dos Malditos’ ou ‘Dos Condenados’.

“... eu morava no Bloco H, ‘Bloco dos Condenados’; uma pessoa que se portava mal nos outros Bairros ia para aquele bloco, a maior parte ia para aquele bloco. O ambiente era porreiro, era bom, não faziam barulho. Eu morei lá e nem achava que era uma zona de problemas .... Lá, eu se estivesse doente dois dias, perguntavam logo à minha mãe: ‘Oh Miquinhas, o seu filho?’. Havia uma preocupação de vizinhança muito grande (...) um espírito familiar, sempre dispostos a botar a mão.”

(Vítor Pereira, ex-morador Bairro SJD)

Apesar do estigma social existente em relação ao bairro e aos seus moradores, as relações sociais de entajuda e de solidariedade são valorizadas pelos que vivem no bairro.

“Havia uma enorme solidariedade entre a população, partilha de problemas e alegrias, vivência de rituais, interacção cultural e um envolvimento muito grande. Não sendo pessoas com grande capital cultural sabiam muito bem gerir problemas. Claro que haviam conflitos mas eram geridos e contornados, não os deixando chegar a estados graves.”

(Vítor Marques, representante da União Romani)

<sup>4</sup> S. Alves (2011), "O Social, o Espacial e o Político na Pobreza e na Exclusão. Avaliação de iniciativas de regeneração de áreas urbanas ‘em risco’ na cidade do Porto", Lisboa: Departamento de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa.

“É um bairro *sui generis*, com uma cultura muito particular, com uma variedade de etnias, com uma mistura de posturas, com tradições diferentes relacionadas com formas de estar (...). Havia assim uma mistura, e eu acho que depois acabava por haver alguns elementos que tinham quase como uma cultura própria do bairro.”

(Ana Soares, assistente social da Fundação Filos, trabalha no bairro SJD desde 2000)

A visibilidade dos problemas sociais, económicos e ambientais do bairro ao longo dos anos 80 e o reconhecimento do modo como eles se interligam, numa espécie de espiral de declínio, viriam a justificar o lançamento, nas décadas seguintes, de diversas iniciativas públicas que procuram contrariar a degradação social e urbanística. Nos anos 90 o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PLCP) e entre 2000 e 2006 a iniciativa europeia Urban II.

## 2.2. O Projecto de Luta Contra a Pobreza do Bairro São João de Deus

O Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PLCP) foi criado em 1990 numa altura em que já decorria o III Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza (1989-1994), e quando Portugal já tinha participado no II Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza entre 1986 e 1989. Os objectivos definidos para o Programa Nacional são em tudo semelhantes, do ponto de vista metodológico e dos princípios, aos adoptados ao nível europeu, ganhando centralidade as ideias da dinamização de partenariados; de participação das comunidades; da promoção do associativismo e de apoio às redes de solidariedade.

Em termos específicos, e no que concerne directamente ao Projecto de Luta contra a Pobreza do Bairro SJD, este viria a resultar de um protocolo celebrado entre a CMP, o Comissariado Regional do Norte de Luta contra a Pobreza e o Centro Claretiano de apoio à infância, juventude e família. Esta IPSS ficaria responsável pela condução do Projecto que se desenvolveu em duas fases: de 1990 a 1994 e de 1995 a 1999<sup>5</sup>.

Os principais objectivos do Projecto eram a requalificação física e ambiental do bairro, através da erradicação de barracas e da construção de nova habitação; a criação de equipamentos e de serviços de apoio à população e o desenvolvimento de acções nos domínios da educação e formação, orientadas para a promoção das competências pessoais, profissionais e sociais (ver Quadro 2).

**Quadro 2. As principais acções desenvolvidas no âmbito do PLCP entre 1990 e 1999.**

<p>Apoio às crianças e jovens</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de uma Ludoteca (no bloco sete do Bairro SJD) para a ‘ocupação informal das crianças’. A ocupação de tempos livres teve como o objectivo o desenvolvimento de experiências didácticas e recreativas enriquecedoras;</li> <li>- Criação de ‘Casa dos Jovens’ com o objectivo de favorecer a sociabilidade e a criatividade dos jovens;</li> <li>- Criação de um Centro Comunitário para o desenvolvimento de actividades dentro e fora do bairro (aulas de informática, de luz e som, de dança, de canoagem, de teatro e de circo).</li> </ul>
<p>Apoio aos toxicodependentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de um Gabinete de Apoio a Toxicodependentes e uma equipa de rua que procurou aproximar a população toxicodependente à rede de cuidados básicos de saúde e de higiene (Projecto ARRIMO -</li> </ul>

<sup>5</sup> O Projecto viria a promover a constituição de um partenariado que envolveu as seguintes instituições locais: a Escola Primária, a Esquadra da PSP, o Centro Social da Nossa Senhora da Areosa, o Centro Social da Obra Diocesana e a Associação Comunitária do Bairro que fazia a ligação com todas as colectividades que existiam no bairro (designadamente os ‘Unidos ao Porto Futebol Clube’, os ‘Vickings’ e os ‘Unidos ao Bairro São João de Deus’).



	Apoiar, Reduzir Riscos e Integrar, Motivando e Orientando).
Formação profissional e emprego	- Criação de um Clube de Emprego para a promoção de diversos cursos formação profissional: costura industrial de tecido; ajudante de cabeleireiro, cozinha e pastelaria, restaurante/bar, etc.
Actividade desportiva e de animação	- Construção de um campo de futebol e um pavilhão gimnodesportivo
Apoio ao associativismo	- Apoio às associações recreativas: os Unidos ao Porto, os Vikings e a Associação Cultural de Música Cigana e de Dança.

Fonte: Idem, ibidem.

Estas acções viriam a gerar contributos importantes ao nível da promoção das capacidades da população, bem como do reforço da sua autonomia e auto-estima.

Do ponto de vista físico e ambiental, o projecto levaria à limpeza de lixeiras e sucatas a céu aberto, à erradicação das barracas e à construção de 12 novos blocos de habitação multifamiliar, onde seriam realojadas 270 famílias (Figura 1).

**Figura 1. O conjunto habitacional designado por ‘Rosto Novo’,  
financiado pelo Projecto de Luta Contra a Pobreza.**



Fonte: Idem, ibidem.

Os problemas verificados na execução dos realojamentos, particularmente associados à existência de situações de apropriação indevida de habitação e à falta de soluções sobre que futuro dar à gestão do património habitacional financiado pelo PLCP, viriam a ter como repercussão a não transferência dos 12 novos blocos de habitação multifamiliar para a gestão da CMP, nem para qualquer outra instituição.

O facto do processo de realojamento ter sido conturbado e alegadamente existirem problemas relativos à posse legal ou administrativa dos terrenos, levariam a Câmara Municipal do Porto para a não-aceitação da habitação construída no âmbito do Projecto de Luta contra a Pobreza. Por seu lado, os responsáveis pelo Projecto, consideravam que tinham realizado todos os esforços e procedimentos necessários para a transferência desse *stock* habitacional e criticavam a posição da autarquia. A saber, em 1998, tinham procedido à execução de um processo contratual com os moradores, que envolvia o preenchimento de impressos cedidos pela Câmara e a disponibilização dos documentos de identificação de cada um dos elementos do agregado familiar (um dossiê que seria depois entregue na CMP) e à realização de reuniões com a população com o objectivo de sensibilizá-la para a importância da manutenção/conservação dos edifícios e dos espaços comuns.

“Em Dezembro de 1999 os responsáveis pelo projecto entregam aquilo como estava à CMP, e na parte final do mandato do Dr. Fernando Gomes houve ali um tempo de transição em que não se assumiram as responsabilidades que se deviam ter assumido. (...) A nossa pedagogia foi que eles se habituassem a criar hábitos de pagamento, pondo na casa contadores de água e luz para se começarem a habituar a que as coisas tinham de ser pagas. A nossa ideia era que eles comessem por pagar a água, a luz e depois era pôr uma renda social. (...) Mas ainda que tivesse existido um protocolo entre a Associação Centro Comunitário (a IPPS) e a CMP para a transferência da habitação, esta não seria aceite, não sendo estabelecidos os contratos de arrendamento com a população; e, portanto, nunca ninguém lhes disse qual era a renda que tinha de pagar.”

(Padre José Maia, Responsável pelo Centro Claretiano e Paróquia da Areosa, foi coordenador do Programa de Luta Contra a Pobreza do SJD).

Com o final do PLCP, a falta de liderança e de gestão da área levaria à emergência de situações de desresponsabilização sobre o que aí se passava. Os inquilinos do Rosto Novo, não pagavam renda e mesmo os que procuravam regularizar a sua situação (preocupados com o facto de poderem perder o direito à casa) contratando os serviços municipais de habitação, eram informados de que estes blocos de habitação nunca tinham sido transferidos para o *stock* de habitação municipal e, por conseguinte, não constavam do sistema informático dos serviços da empresa municipal responsável pela cobrança e gestão da habitação social.

A situação de abandono do bairro viria inclusivamente a favorecer processos de troca e de comercialização ilegal e aleatória de habitações e a facilitar a concentração de actividades ilegais no bairro. A proliferação do tráfico e do consumo de droga viria, por sua vez, a ser responsável por um afluxo crescente de toxicodependentes ao bairro que ficavam “por ali a consumir”, aumentando não só a visibilidade dos problemas sociais do bairro como para a sua rápida degradação e insalubridade (dos edifícios e do espaço público).

“O abandono coincidiu com a altura de deslocação para o bairro de (...) traficantes vindo de outras áreas. Elegeram aquele território (S. João de Deus) porque convinha limpar a Sé, Património Mundial, e eles foram limpando, e o S. João de Deus teve azar. Apesar do trabalho realizado no âmbito do Projecto de Luta Contra a Pobreza se ter repercutido em novas atitude no bairro, houve o azar do S. João de Deus entrar como uma zona complacente na rota do tráfico da droga. (...). O que não era espectável era a dimensão e as consequências que o tráfico veio a ter, digamos, um efeito destruidor precisamente na parte final do projecto em que aquilo ficou sem liderança. Com a Câmara a demitir-se em assumir aquilo a que se responsabilizou, alguém topou (os traficantes) que era a hora certa de entrar ali.”

(Padre José Maia, Responsável pelo Centro Claretiano e Paróquia da Areosa, foi coordenador do Programa de Luta Contra a Pobreza do SJD)

“O contexto que se vivia no bairro era caótico, vivia-se uma insegurança muito grande, parecia estar-se num cenário de guerra. Esse cenário foi-se criando ao longo do tempo. Enquanto barracas, havia uma certa harmonia comunitária, as pessoas conheciam-se, era uma aldeia. Havia os traficantes, da parte cigana, que vendiam a droga e isto, na altura, funcionava já como um guetozito, vinha-se aqui comprar droga, era um sítio perigoso, mas não era uma coisa com a dimensão que foi assumindo depois, com a construção do bairro e com o abandono. O problema foi o abandono. Construiu-se um bairro com pessoas problemáticas e depois, entretanto, começaram a vir mais pessoas, porque isto aqui começou a ser um foco de atracção de pessoas desalojadas de toda a espécie. Isto tornou-se aqui numa espécie de cortiço e, sobretudo, numa situação de grande abandono, nomeadamente das autoridades. (...) Não havia lei aqui.”

(Dr. António Caspurro, técnico responsável pelo Projecto ARRIMO - Apoiar, Reduzir Riscos e Integrar, Motivando e Orientando, implementado no bairro de SJD a partir de 2000).

Com a concentração e a visibilidade dos problemas associados ao tráfico e consumo de droga aumentavam os da insegurança e o número de pessoas a querer sair do bairro.

“Era um entrar e sair de carros (...). E era muito fácil encontrar ‘aqueles coitados’ a consumir à beira de todos e das crianças (...) facilmente se encontrava uma seringa no chão. Isso revoltou as pessoas. Só um cego é que não via, só um cego é que não via que ali se vendia droga porque faziam bicha.”

(Emília Pires, moradora do Bairro SJD)

“Havia tráfico porta sim, porta sim, basicamente. Os blocos funcionavam como lojas de droga e havia pessoas de todas as espécies a comprar droga, desde o bancário executivo que vinha cá buscar a sua cocaína até aos toxicodependentes de rua, os nossos utentes, que viviam aqui num vão de escadas para estarem sempre próximos e que trabalhavam para os traficantes, no sentido de angariar os clientes.”

(Dr. António Caspurro, técnico responsável pelo Projecto ARRIMO - Apoiar, Reduzir Riscos e Integrar, Motivando e Orientando, implementado no bairro de SJD a partir de 2000)

### **2.3. O Bairro São João de Deus no âmbito da iniciativa comunitária Urban II.**

Entre 2000 e 2006, o Bairro SJD voltaria a ser objecto de intervenção no âmbito da iniciativa comunitária Urban II Porto/Gondomar. Embora o território de intervenção desta iniciativa abrangesse uma área muito mais vasta que a do bairro<sup>6</sup>, equivalente a 5,7 km<sup>2</sup> e uma população total de 27.365 habitantes; as condições de múltipla desvantagem do Bairro SJD viriam a justificar que este, à semelhança de outros bairros, como o Pio XII ou bairro de Contumil no município do Porto, fosse seleccionado como área de intervenção prioritária.

A condição de área problemática no caso do SJD, justifica-se pelo estado de degradação e abandono do bairro, mas também pelo facto de este registar a mais elevada taxa de desemprego dos bairros sociais do Porto, equivalente a cerca de 35.3%. Justifica-se ainda pelo facto do bairro ser habitado por uma população jovem e etnicamente diversa – cerca de 48% do total da população tinha menos de 24 anos; 34% do total dos agregados residentes no bairro eram ciganos e 7% africanos, tendo em comum baixos níveis de instrução decorrentes de um abandono escolar precoce.

A partir dos objectivos gerais predefinidos para a intervenção do Urban II de Porto/Gondomar – o da reabilitação do ambiente urbano e social, o do apoio às actividades económicas, da promoção do emprego e dos níveis sociais e educativos da população (Deloitte, 2003) – viria a ser definida uma estratégia de intervenção que, em virtude da mudança do executivo municipal em 2002 e, mais tarde, por alegadas dificuldades na sua implementação, viria a ser alterada por consecutivas vezes.

A primeira estratégia formulada para o bairro SJD foi desenvolvida em 2000 pelo executivo socialista, através da Fundação para o Desenvolvimento do Vale de Campanhã e a generalidade dos atores e instituições locais. As ideias centrais da estratégia eram as de abertura do bairro à cidade através da construção de duas vias estruturantes e os da requalificação dos blocos mais degradados.

“A estratégia é parecida com o URBAN I mas com uma maior aposta na vertente de reabilitação urbana, porque no bairro havia problemas muito complicados, como o fechamento do mesmo e a necessidade de criar novas vias, ou de garantir uma

---

<sup>6</sup> Pertencente ao extremo nordeste da freguesia de Campanhã e o sudoeste da freguesia de Rio Tinto, no concelho de Gondomar.

nova ordem ao bairro (...). Havia blocos que estavam em mau estado, era preciso por isso um eixo de reabilitação urbana muito forte. Ora, o Urban dá dinheiro para reabilitação de infra-estruturas do ponto de vista exterior, mas não para a habitação, por isso é que era necessário o entrosamento com a Câmara. Era por isso a oportunidade de pôr em ordem os contratos e todas essas questões.”

(Dr.<sup>a</sup> Virgínia Sousa, coordenadora do Projecto Pobreza III, directora técnica da Fundação para o Desenvolvimento Zona Social do Porto durante o URBAN I e candidatura ao URBAN II)

Com o final do Urban I, em Junho de 2001, e com a mudança de ciclo político no executivo municipal do Porto, em Dezembro desse ano, o novo executivo social-democrata viria a decidir não dar continuidade a algumas das acções previstas ou em curso no âmbito do Urban I para o Vale de Campanhã e mudar o projecto existente para o bairro.

Em Junho de 2002, os responsáveis pela área social e urbanística solicitaram ao Gabinete de Projectos da Câmara, um projecto de reconversão para o Bairro que permitisse responder à ‘promessa eleitoral’ de resolução dos problemas de insegurança, insalubridade, tráfico e consumo de droga existentes no bairro.

O programa político apresentado à equipa técnica define como principais linhas estratégicas: a redução da população do bairro; o rasgar de várias artérias/ ligações rodoviárias para possibilitar a abertura à cidade e o retirar da sua auto-suficiência, com vista a que as pessoas passassem a utilizar os equipamentos do exterior. Por exemplo, prevê a desactivação da escola primária, tendo em vista a mobilidade das crianças para outras escolas.

Embora algumas destas linhas estratégicas já constassem da candidatura do executivo camarário anterior (como as da criação de uma nova estrutura viária), o novo projecto apresenta uma mudança de filosofia no que respeita, por exemplo, à composição social do bairro e aos equipamentos.

O projecto propõe uma redução de cerca de 80% do total da população residente, estando para tal prevista a demolição de todos os blocos multifamiliares do bairro. A decisão política da demolição quase total do bairro é justificada pela existência de habitação de baixa qualidade, que exigia elevados custos de requalificação; de um desenho urbano desqualificado que reforçava o seu isolamento face à envolvente; e de uma elevada dimensão dos problemas da criminalidade e do tráfico e consumo de droga. Embora se reconheçam os elevados custos associados ao projecto de demolição e de construção de nova habitação, considera-se que este poderá garantir uma maior sustentabilidade aos investimentos, ajudando a reverter a imagem fortemente negativa com que é conotado o bairro.

Está ainda previsto, no âmbito deste projecto, uma estratégia de mistura funcional, cuja principal aposta é a atracção de um pólo universitário que deveria fixar-se no edifício ocupado pela escola primária.

No início de 2002, numa nota informativa enviada à comunicação social, o executivo municipal comunica uma operação transversal de reabilitação do bairro SJD que deverá envolver, para além da intervenção urbanística, um plano de reanimação do recinto desportivo e um plano de Acção Social com o objectivo de acompanhamento, apoio e encaminhamento dos toxicodependentes que frequentam bairro.

No final desse ano, inicia-se a implementação do Plano de Reconversão do Bairro SJD, que assenta nas seguintes grandes áreas de acção: a abertura do bairro à cidade, através da construção de novas vias estruturais de articulação ao tecido urbano envolvente<sup>7</sup>; a diminuição da densidade populacional do bairro, através da demolição dos blocos multifamiliares; a construção de 124 casas unifamiliares com logradouros privados, para o realojamento de parte da população que residia nos edifícios a demolir; a fusão das casas unifamiliares (de duas

---

<sup>7</sup> Recorde-se que no âmbito deste objectivo a autarquia tinha afirmado a intenção de retirar do interior do bairro todo o equipamento de apoio social (nomeadamente a escola e o jardim-de-infância) para as áreas envolventes, de forma a criar nos moradores hábitos quotidianos de circulação para o exterior do conjunto habitacional. A autarquia pretende ainda que os atuais edifícios destes dois equipamentos sejam reconvertidos para novas funções, preferencialmente para a instalação de um departamento de ensino superior capaz de atrair pessoas ao bairro, mas também de prestar serviços (biblioteca, entre outros) para os seus moradores.

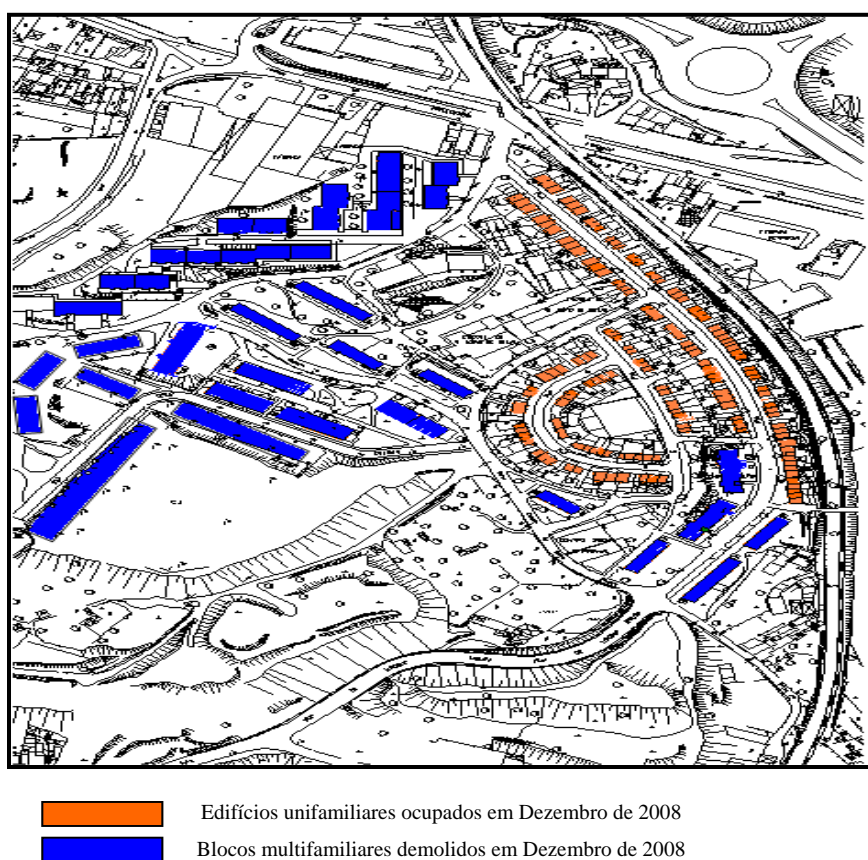
numa só) de forma a diminuir a exiguidade do espaço disponível no interior de cada uma delas e a requalificação ambiental, através da arborização e ajardinamento dos espaços públicos existentes no bairro.

A apresentação deste Projecto de Reversão é feita no pavilhão do bairro e conta com o apoio da generalidade da população que com a sua implementação, espera ver melhoradas as suas condições de vida.

Nos anos seguintes até 2008, procedeu-se à demolição dos 28 blocos de habitação multifamiliar existentes no bairro (num total de 562 fogos), dos quais 12 tinham sido construídos pelo Programa de Luta contra a Pobreza cerca de uma década antes.

Nenhuma das restantes propostas previstas no Projecto de Reversão do bairro viriam contudo a concretizar-se.

**Figura 2. Bairro de São João de Deus em Dezembro de 2008.**



Fonte: CMP (2008).

Após a demolição dos blocos habitacionais multifamiliares, o bairro voltaria a ser composto unicamente pelo conjunto das casas da Paróquia e pelo núcleo das 144 habitações unifamiliares construídas nos anos 40 e agora habitado predominantemente por uma população envelhecida que aguardava melhorias nas suas casas.

Tal não viria, no entanto, a acontecer, e a discrepância entre o enunciado e o executado viria a gerar descontentamento entre a população e atores institucionais que criticam, sobretudo, o desperdício de recursos públicos associados à demolição de habitação e de equipamentos construídos há apenas uma década.

"Ali gastaram-se dois milhões de contos para alojar 280 famílias. Foram construídas as casas e os equipamentos... repare que tínhamos um jardim infantil fabuloso, porque nós fizemos casas e nas partes debaixo das casas era para equipamentos de

educação ou para emprego. Ficou tudo previsto, um jardim belíssimo, (...) até um campo de futebol, tudo foi feito, um pavilhão gimno-desportivo fabuloso para festas comunitárias, foi tudo abandonado, vandalizado, e... olhe é uma triste história sabe?"

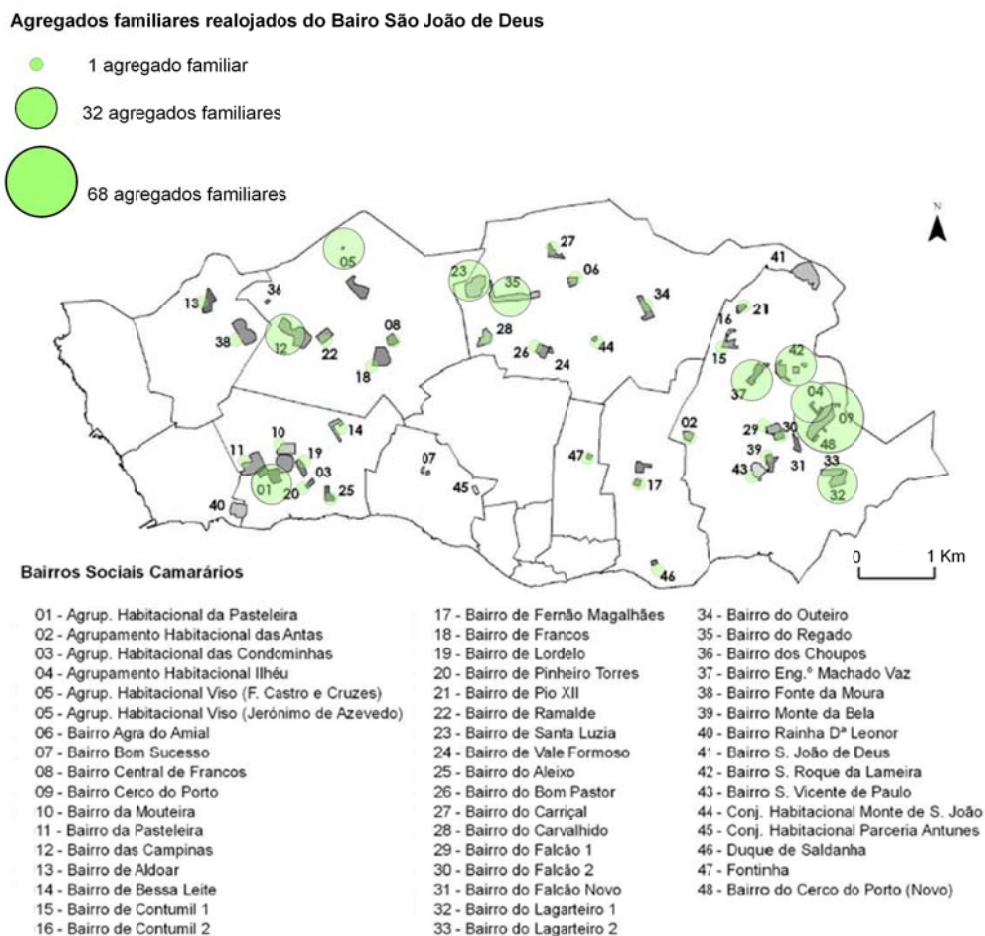
(Padre José Maia, Responsável pelo Centro Claretiano e Paróquia da Areosa, foi coordenador do Programa de Luta Contra a Pobreza do SJD)

A controvérsia viria a ganhar maiores proporções com as acções de despejo e de realojamento dos moradores.

A ordenação de 132 despejos ocorreu, segundo a autarquia, nas situações em que o fogo em causa estava a ser usado para fins diversos (e ilícitos) dos de habitação; nos casos em que estava a ser usado como segunda habitação ou quando existia uma ocupação ilegal da casa (decorrente por exemplo de trocas ou vendas ilegais de casas). Na sequência dos despejos viriam a ser descritas situações de sobrelotação dos fogos noutros bairros e um aumento da precariedade económica.

No respeitante aos restantes 430 agregados familiares que moravam nos blocos de habitação, eles viriam a ser realojados em diversos bairros de habitação social da cidade, verificando-se que a maioria (45% do total das famílias), viria a ser realojada na freguesia de Campanhã, onde se localiza o Bairro SJD.

**Figura 3. Bairros de realojamento da população deslocada do Bairro SJD.**



Fonte: Elaboração própria com base em dados da CMP (2008).



Embora alguns dos bairros de realojamento evidenciassem condições de habitabilidade mais favoráveis que o SJD, em termos de localização, dimensão e segurança, outros caracterizavam-se por situações de vulnerabilidade social e espacial, não apenas por concentrarem população pobre, mas por serem territórios com um elevado tráfico e consumo de droga.

Por exemplo, o Bairro do Cerco que em 2002 viria a realojar um maior número de famílias provenientes do Bairro SJD (69 agregados familiares), contava nessa data já com uma população de cerca 3.100 pessoas (CMP, 2001a), com uma elevada prevalência de situações de desemprego e emprego precário e de tráfico e consumo de droga. Este bairro que, ao longo dos anos 90 tinha sido objecto de intervenção no âmbito da iniciativa Urban I, viria, em 2002, com a concentração das 69 famílias provenientes do SJD, assistir a um adensar de problemas sociais e de instabilidade que eram agravadas pela existência de antigas rivalidades existentes entre os dois bairros.

Os resultados de investigações empíricas realizadas, desde 2007, por Fernandes e Ramos (2010), com o objectivo de seguir o percurso às dinâmicas da droga, viriam a demonstrar um processo de deslocalização dos locais de venda da droga com a demolição do SJD e os realojamentos que se lhe seguiram.

“Uma das características dos territórios psicotrópicos é a sua grande mobilidade. Constituem-se quando se reúnem uma série de condições ecossociais específicas e deslocam-se quando são alteradas. Foi o que aconteceu antes e durante o estudo que estamos a levar a cabo. No seu início, o Bairro São João de Deus (BSJD) ainda era um dos principais palcos do fenómeno droga, apresentando uma grande concentração de consumidores (...) A desarticulação do bairro fez com que estes territórios se movessem, num mecanismo adaptativo que se revelou altamente eficaz para a sobrevivência das actividades em torno das drogas. Assim, após a demolição do bairro, a cena drug, deslocou-se no que diz respeito à zona oriental, para o bairro do Cerco e cercanias, estendendo-se posteriormente para alguns bairros vizinhos e para os seus espaços desactivados/desabitados (fábricas, viadutos, casas abandonadas...)” (Fernandes e Ramos, 2010: 17).

“A população do Cerco e os técnicos de intervenção social a trabalhar no terreno referem constantemente que, desde que os habitantes do BSJD chegaram, o “ambiente piorou muito”. Várias pessoas (mas sobretudo as mais idosas) dizem ter medo de sair de casa depois do escurecer e recear os assaltos de rua. É também referido um aumento de assaltos a casas, a idosos, a jovens e a consumidores, reflectindo um incremento da violência e um sentimento de insegurança permanente.” (Fernandes e Ramos, 2010: 23).

Os resultados de investigações realizadas por Alves (2011) sublinham de forma clara a importância das variáveis ‘condições de alojamento e do bairro’, ‘redes de relacionamento social’ e ‘condução dos processos de transformação dos bairros e de realojamento da população’ para os resultados alcançados pelas iniciativas. A análise ao material empírico recolhido permitiu constatar a existência de situações díspares quanto aos efeitos suscitados pelas iniciativas.

Os residentes que continuaram a residir no SJD consideraram que o bairro melhorou em termos de sossego, mas que foi transformado num lugar vazio, onde se perderam hábitos de convívio e referências identitárias. A não concretização das promessas de requalificação das moradias unifamiliares e de construção de novas habitações, de acordo com a documentação produzida pelo executivo municipal, viria a ser muito criticado por esta população.

A população realojada noutros bairros descreveu situações distintas do ponto de vista da qualidade da habitação e do ‘estatuto social’ dos bairros de realojamento. Situações em que se considerou não se ter assistido a um progresso nas condições de vida foram referenciadas por indivíduos que viram as suas condições habitacionais piorar em termos da dimensão e da qualidade construtiva da casa; das infra-estruturas e espaços públicos; e/ou que foram afectados pela destruição de antigas e importantes redes de solidariedade social. Assim, para além da perda de conforto habitacional e residencial, foi ainda detectada a destruição de capital social, na sequência da desestruturação de redes de relacionamento social que eram percebidas como importantes para o bem-estar dos indivíduos. A população mais idosa e que tinha permanecido mais tempo no bairro foi a que sentiu de uma forma mais intensa os inconvenientes provocados pela mudança de bairro, sendo descritos sentimentos de

desenraizamento social e de perda de laços sociais, que em alguns casos aprofundou sentimentos de vulnerabilidade à pobreza e exclusão social.

A população criticou sobretudo o facto das redes sociais não terem sido suficientemente consideradas aquando da planificação e operacionalização dos processos de realojamento. A utilização de metodologias de decisão autoritárias viria a repercutir-se em formas relativamente arbitrárias na escolha das áreas de realojamento e numa gestão desadequada das expectativas ou preferências dos agregados familiares.

O facto destes processos de realojamento terem envolvido um elevado número de pessoas (430 agregados familiares) e de terem acontecido de uma forma abrupta, a meio do ano lectivo escolar, e sem um acompanhamento técnico das instituições (nem mesmo das que trabalhavam com as crianças e com a população mais idosa), viria a criar situações sociais graves (havendo relatos de absentismo e abandono escolar, entre os mais jovens, e de depressões entre os mais velhos, que passaram a isolar-se dentro das suas novas casas). Ao longo de todo o processo seria sobretudo criticada a falta de informação e a ausência de um trabalho colaborativo e em rede entre as diversas instituições.

"A informação que a escola tinha era pelos meios de comunicação social. Não fomos informados acerca do plano de reconversão do Bairro. Nós fomos vendo os blocos a serem demolidos, e propagava-se de boca em boca que a escola ia fechar. E esse boato propagou-se e muitos dos pais não matricularam os filhos nesta escola (...). Nós sentíamos que os alunos gostavam da escola, muitos dos que saíram estão em situação de abandono e absentismo".

(Dr.<sup>a</sup> Armada Maia, professora da Escola E.B. 1, 2 S. João de Deus)

"Não houve preocupação em antecipar impactos das decisões; de minimizar danos, nomeadamente sobre as crianças que foram transferidas de forma abrupta (sem devido enquadramento das escolas) (...). Solicitámos ainda que as demolições não fossem feitas quando existem crianças a meio do ano, porque significaria alterações na escola, uma série de modificações que nem sempre eram possíveis e que iam prejudicar as crianças."

(Dr.<sup>a</sup> Ana Soares, assistente social da Fundação Filos, trabalha no bairro SJD desde 2000)

Todavia, a par destas situações existiram outras em que é referenciado um ganho social, estando estes casos associados a evoluções positivas registadas ao nível das condições habitacionais (ampliação de áreas, acesso da habitação a infra-estruturas básicas, requalificação de debilidades construtivas, ...) e do bairro (maior segurança e limpeza, redução das situações de criminalidade e de conflito, ...). Em alguns entrevistados foi também detectado um efeito positivo destas iniciativas ao nível da destruição das 'redes sociais fortes' que, nestes contextos territoriais, muitas vezes exercem pressão sobre os pares para o envolvimento em actividades ilegais e para perpetuar uma cultura que não favorece a integração social (por exemplo, ao estimular a tolerância ao crime e às drogas, ou ao desvalorizar o papel da escola).

### 3. Conclusões

A descrição do processo de consolidação urbanística do bairro SJD, ao longo das suas várias fases, permitiu ilustrar o modo como a habitação social planeada e construída pelo sector público, pode ter um impacto muito positivo ao nível das condições de habitabilidade das famílias mal alojadas, mas pode ter também efeitos indesejáveis ao nível da construção de novos problemas urbanísticos, sociais e de segurança pública. A construção de habitação social em áreas com fracas acessibilidades, pouca oferta de bens e serviços públicos e privados, e com uma fraca governância ou gestão urbana, pode, efectivamente, produzir novos problemas que amarram os indivíduos a trajectórias de pobreza e de exclusão social.

O estudo de caso alertou ainda para os limites da densificação das áreas de habitação social onde as estruturas e os recursos normais dos serviços públicos existentes já se revelam incapazes para responder a uma elevada incidência de problemas sociais e físicos; tornando mais difícil parar e reverter processos de declínio urbano,

principalmente quando estes já são antigos e se instalaram em diversas dimensões das condições de vida (Tornquist, 2000; Lupton, 2003a).

Esta investigação ressalta, por isso, a importância de uma melhor compreensão dos factores e dinâmicas da engrenagem do declínio urbano e do desenho e implementação de políticas públicas que previnam a emergência deste tipo de áreas. A este nível afigura-se necessária uma regulação mais eficaz dos usos do solo no domínio do planeamento urbano, através da aplicação indispensável do princípio da miscigenação no campo das políticas de habitação, como forma de combater tendências de segregação e de polarização sócio-espacial, que têm o seu lado mais visível e preocupante na formação de guetos (Epstein e Kirszbaum, 2003; Turok et al., 1999).

Um outro conjunto de conclusões situa-se ao nível dos impactos significativos da demolição não só para as infra-estruturas e para as comunidades locais como para as que se situam noutras áreas, em virtude da deslocalização de algumas problemáticas, como é, por exemplo, a do tráfico e consumo de droga. Importa a este propósito sublinhar que a dispersão espacial dos agregados familiares não constitui, por si só, uma solução para os problemas sociais, podendo inclusivamente adicionar dificuldades aos agregados familiares mais dependentes das relações de apoio social proporcionadas pelo bairro.

Como fica demonstrado por este estudo de caso, não é realista pensar que os problemas multissetoriais das áreas urbanas em crise podem ser resolvidos com medidas meramente físicas. As problemáticas de elevada complexidade que se interligam nestas áreas requerem metodologias de actuação muito mais integradas e contínuas ao longo do tempo, capazes de actuar não apenas ao nível físico mas também da resolução dos problemas estruturais do absentismo escolar, do desemprego, da criminalidade, entre outras. Às culturas e práticas das instituições públicas colocam-se, sobretudo importantes desafios de natureza atitudinal, organizacional e relacional.

## BIBLIOGRAFIA

Allen, J. e G. Cars (2001), "Multiculturalism and Governing Neighbourhoods", *Urban Studies*, 38, (12), pp. 2195–2209.

Alves, S. (2011), "O Social, o Espacial e o Político na Pobreza e na Exclusão. Avaliação de iniciativas de regeneração de áreas urbanas 'em risco' na cidade do Porto", Lisboa: Departamento de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa.

Andersen, H.S. (2002a), "Can Deprived Housing Areas Be Revitalised? Efforts against Segregation and Neighbourhood Decay in Denmark and Europe", *Urban Studies*, 39, (4), pp. 767-790.

Andersen, H.S. (2002b), "Excluded Places: the Interaction Between Segregation, Urban Decay and Deprived Neighbourhoods", *Housing, Theory and Society*, 19, pp. 153-169.

Andersen, H.S. (2003), *Urban Stores: On the interaction between segregation, urban decay and deprived neighbourhoods*, Ashgate.

Capucha, L. (2000), "Territórios da pobreza, onde é preciso voltar", *Sociedade e Território*, n.º30, pp. 8-15.

Capucha, L. (2005), *Desafios da Pobreza*, Oeiras: Celta Editora.

CASE (2001), Research Report 1997-2001, London: Centre for Analysis of Social Exclusion.

CMP – Câmara Municipal do Porto (2001a), Estudo Socioeconómico da Habitação Social, Porto: Câmara Municipal do Porto/ Pelouro de Habitação e Acção Social.

CMP – Câmara Municipal do Porto (2001b), As ‘Ilhas’ do Porto: Estudo Socio-Económico, Porto: Câmara Municipal do Porto/ Pelouro de Habitação e Acção Social.

CMP – Câmara Municipal do Porto (2008), Memorandum Plano de Reconversão do Bairro S. João de Deus, Porto, Câmara Municipal do Porto – Domus Social, E. M.

Couch, C. e C. Fraser (2003), “Introduction: the European Context and Theoretical Framework”, in C. Couch, C. Fraser e S. Percy (Eds.), *Urban Regeneration in Europe*, Oxford: Blackwell Science.

Fernandes, L. e A. Ramos (2010), “Exclusão social e violências quotidianas em “bairros degradados”: etnografia das drogas numa periferia urbana”, *Revista Toxicodependências*, 16, (2), pp. 15-27.

Gómez, J. (2006), “Barrios desfavorecidos: Diagnóstico de la situación española”, in F.V. Fernández (org.), *La Exclusión Social y el Estado de Bienestar en España*, Madrid: Icaria Editorial.

Guerra, I. (1997), “Um olhar sociológico sobre o alojamento”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, 24, pp. 165-181.

Guerra, I., J. Seixas, e M.J. Freitas (2005), Políticas Públicas de Revitalização Urbana: Revitalização para a formulação estratégica e operacional das actuações a concretizar no QREN, ISCTE / CET, Observatório do QCA III.

Hall, P. (1997), “Regeneration Policies for Peripheral Housing Estates: Inward- and Outward-looking Approaches”, *Urban Studies*, 34, (5-6), pp. 873-890.

Hamzaoui, M. (2005), El trabajo social territorializado - Las transformaciones de la acción pública en la intervención social, Valência: Universitat de Valência.

Henriques, J.M. (2006), Global Restructuring and Local Anti-Poverty Action: Learning from European Experimental Programmes, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Lisboa: ISCTE.

Kearn, A. e M. Parkinson (2001), “The Significance of Neighbourhood”, *Urban Studies*, 38, (12), pp. 2103-2110.

Lupton, R. (2003a), *'Neighbourhood Effects': Can we measure them and does it matter?*, London: London School of Economics.

Lupton, R. (2003b), *Poverty street: the dynamics of neighbourhood decline and renewal*, Bristol: Policy.

McGregor, A. (2003), *Developing people-regeneration place: achieving greater integration for local area regeneration*, London: Policy Press and Joseph Rowntree Foundation.

McGregor, A. e M. McConnachie (1995), “Social Exclusion, Urban Regeneration and Economic Reintegration”, *Urban Studies*, 32, (10), pp. 1587-1600.

Murie, A., e S. Musterd (2004), “Social Exclusion and Opportunity Structures in European Cities and Neighbourhoods”, *Urban Studies*, 41, (8), pp. 1441-1459.

Musterd, S. e A. Murie (2002), *The Spatial Dimensions of Urban Social Exclusion and Integration*, Amsterdam: Fourth RTD Framework Programme Targeted Socio-Economic Research (TSER).

Musterd, S. e R. Andersson (2005), “Housing mix, social mix and social opportunities”, *Urban Affairs Review*, 40 (6), pp. 761-790.

Musterd, S. e W. Ostendorf (2006) “On physical determinism and displacement effects” in van Kempen et al. (2006), *Restructuring Large Housing estates in Europe*, Bristol: Policy Press.

Ordóñez, O. e A. Alvarado (1991), *Geografía de la pobreza y la desigualdad*, Madrid: Editorial Síntesis.

Parkinson, M. (1998), *Combating Social Exclusion - lessons from area-based programmes in Europe*, London: Policy Press.

Pinto, T.C. e A. Gonçalves (2000), “Os Bairros Sociais vistos por si mesmos”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, 1, pp. 101-111.

Pinto, T.C. (2005), *Percepção e Avaliação da Qualidade de Vida na AML: Recursos, aspirações e necessidades na construção da noção de qualidade de vida*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Lisboa: ISCTE.

Power, A. e K. Mumford (1999), *The slow death of great cities? Urban abandonment or urban renaissance*, London: Joseph Rowntree Foundation.

Roberts, P. (2000), “The Evolution, Definition and Purpose of Urban Regeneration”, in P. Roberts e H. Sykes (Eds.), *Urban Regeneration – a Handbook*, s.l., SAGE.

van Kempen, R. (2001), “Social Exclusion: The Importance of context” in H. T. Andersen and R. van Kempen (Eds.), *Governing European Cities - Social Fragmentation, Social Exclusion and Urban Governance*, Ashgate.